

Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 45.564 - SP
(2014/0111932-9)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : WLADIMIR RIBEIRO JUNIOR - SP125142
S

FERNANDA RIBEIRO DE MATTOS LUCCAS - SP136973
SARA DINARDI MACHADO E OUTRO(S) - SP263704

RECORRIDO : PAULO PACHECO DAMASCENO
ADVOGADO : DANIELA BARREIRO BARBOSA E OUTRO(S) - SP187101

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto pela FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento no art. 105, II, *b*, da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 426/427):

Mandado de Segurança contra ato do Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo que deferiu a medida liminar de sequestro, pela ausência de cientificação do impetrante daquela decisão, por violação de direito líquido e certo e pela ausência de destaque da verba dos depósitos mensais encaminhados ao Tribunal de Justiça. Correção da medida. Ausência de nulidade do processo administrativo em razão da ausência de cientificação do impetrante.

Impetrante que integrou o polo de mandado de segurança anterior que determinou o prosseguimento do sequestro, interpondo inclusive embargos de declaração, além de outro impetrado pelo interessado em face desta mesma decisão liminar. Preferência quanto ao pagamento. Grave estado de saúde do credor. Sequestro humanitário que justifica na hipótese, e que deve recair sobre o patrimônio do impetrante. Depósitos postos à disposição do Poder Judiciário relacionam-se ao adimplemento dos precatórios seguindo a ordem cronológica de pagamento. Segurança denegada.

Sustenta a parte recorrente, em apertada síntese, que (fls. 442/443):

[...] o ato coator foi exarado com manifesto abuso de poder, e ESTÁ EIVADO DE ILEGALIDADES, por violar a Constituição Federal, considerando-se que:

(a) A constrição de verbas do Estado não deveria ter sido

Superior Tribunal de Justiça

determinada pela ilustre Presidência do TJSP, uma vez que tal ato representa uma violação a disposições constitucionais tanto antes como depois do advento da EC 62/09, com violação expressa ao art. 100, § 2º, da CF (inclusive na redação anterior à EC 62/09), por inexistir preterição ou quebra de ordem cronológica, além da ofensa aos princípios orçamentários, da separação de poderes, razoabilidade e isonomia;

(b) a r. decisão combatida, que determinou a constrição de verbas da Fazenda Pública, foi proferida quando já em vigor a EC 62/09 e, portanto, apreciando e afastando as suas disposições, que vedam o sequestro de rendas, salvo na hipótese de não liberação tempestiva de recurso para o regime especial.

(c) a despeito do recente julgamento das ADIs 4.357 e 4.425 pelo Supremo Tribunal Federal, permanecem híguas as disposições da Emenda Constitucional nº 62/09.

Contrarrazões às fls. 479/496.

O Ministério Público Federal, em parecer do Subprocurador-Geral da República DILTON CARLOS EDUARDO FRANÇA, opinou pelo não provimento do recurso ordinário (fls. 528/533).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

O Tribunal *a quo* decidiu a controvérsia sob o fundamento de que haveria coisa julgada acerca da inaplicabilidade da EC 62/2009 ao caso concreto. Confira-se (fls. 431/434):

[...]

De fato, o pedido de sequestro havia sido extinto, quando o credor impetrou o mandado de segurança nº 0087670-96.2011.8.26.0000, no qual atuei como Relator Sorteado.

E naquele processo, houve manifestação do Estado de São Paulo, ora impetrante, a fls. 153/170 dos autos, pela manutenção do ato combatido posto que, pendente o pagamento, o regime jurídico aplicável à espécie era o previsto na Emenda Constitucional nº 62/09, que abrangeu todos os precatórios pendentes de atendimento à época da promulgação da emenda, obstando toda e qualquer hipótese o sequestro de rendas (fls. 182 desta mandamus).

Ademais, no mandado de segurança 0087670- 96.2011 foi concedida a ordem para prosseguimento do pedido, de sequestro (fls. 180 e 193). Contra esta decisão o ora impetrante interpôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados (fls. 210/214).

Superior Tribunal de Justiça

O Estado de São Paulo era sabedor de que a extinção do sequestro foi cassada, e que haveria seu prosseguimento.

Ora, com a concessão da ordem para prosseguimento do pedido de sequestro, a douta Presidência deu cumprimento àquela decisão, apreciou o pedido liminar, concedendo-o, diante do precário estado de saúde do interessado e determinando a imediata remessa dos autos ao DEPRE para a atualização do valor a ser sequestrado, com a exclusão da verba honorária, observando-se o disposto no artigo 100, §2º da Constituição Federal.

E como a própria douta Presidência asseverou na decisão combatida: "indefiro o pedido de nulidade dos atos praticados neste expediente, pois somente foi concedido o sequestro liminar e com base no art. 100, §2º, da Constituição Federal" (fls. 307).

Anoto, ainda, que a decisão que deferiu a liminar foi objeto do mandado de segurança nº 0185170-31.2012.8.26.0000, desta vez impetrado pelo interessado, para o percebimento do valor total do precatório, sem as limitações impostas.

O eminente Des. Luiz Ganzerla, seu relator, decidiu conceder de forma parcial a liminar para liberar apenas o montante concedido pela decisão impetrada.

Contra aquela decisão liminar, o ora impetrante, Estado de São Paulo interpôs agravo regimental, assim ementado:

*AGRAVO REGIMENTAL Mandado de segurança
Decisão do E. Presidente deste E. Tribunal de Justiça que limitou o valor do seqüestro nos moldes do art. 100, § 2º, da Constituição Federal - Deferimento parcial da liminar, apenas para assegurar o levantamento da quantia já autorizada Pretensão à revisão do decisorio e conseqüente indeferimento da liminar Decisão mantida Recurso regimental não provido".*

E naquele mandamus, foi concedida a segurança para declarar impossível a aplicação do limite constitucional ao sequestro humanitário.

Extraio trecho de sua fundamentação:

Registre-se, o impetrante pleiteou o sequestro de rendas para pagamento do precatório de natureza alimentar EP 3365/09, ordem cronológica nº 1022/20101 Por v. acórdão deste C. Órgão Especial, MS nº 0087670-96.2011.8.26.0000, rel. DES. RUY COPPOLA, j. 05.10.11, decidiu-se ser a EC nº 62/2009 inaplicável ao caso sub examine, pois o precatório reclamado se aperfeiçoou na vigência do texto constitucional anterior à sua vigência, conforme ementa a seguir transcrita:

Superior Tribunal de Justiça

"Mandado de Segurança contra ato do Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo que extinguiu o pedido de sequestro ajuizado pelo impetrante, pela aplicação da Emenda Constitucional nº 62/09. Impossibilidade de sua aplicação em razão do precatório do impetrante já ter sido expedido quando da vigência da Emenda 62, caracterizando-se como ato jurídico perfeito, pronto e acabado. Segurança concedida."

Assim, com a devida vênia, o deferimento do sequestro com imposição do limite previsto pelo art. 100, § 2º, da Constituição Federal se mostra incabível; em razão da atual redação do dispositivo - a qual prevê a limitação do sequestro - ter sido conferida pela EC nº 62/2009, cuja aplicação restou afastada no caso em testilha.

Destarte, devido o levantamento integral do valor devido no precatório EP 3365/09"

O Estado de São Paulo ainda interpôs embargo declaração em face do referido acórdão.

A questão da inaplicabilidade da EC 62/09 ao caso está mais do que sedimentada, assim como os inúmeros recursos interpostos pelo ora impetrante, tentando obstar o direito do credor ao seu precatório.

E sem a aplicação do disposto na EC 62/09, apesar de o impetrante, requerer que o precatório em tela seja atendido mediante a utilização das verbas regularmente transferidas a este Tribunal, razão não lhe assiste.

Isto porque o precatório aqui discutido não foi honrado na ordem cronológica, devendo ser feito através do patrimônio do devedor, ora impetrante, sob pena de comprometer aqueles que efetivamente aguardam o pagamento através da ordem cronológica.

Ante o exposto, pelo meu voto, DENEGO A SEGURANÇA.

Sucedendo que tal fundamento não foi especificamente impugnado nas razões do recurso ordinário, uma vez que a parte ora recorrente se limitou a aduzir teses referentes à questão de fundo. Assim, incide na espécie a Súmula 283/STF, por analogia.

Nesse sentido, cito o seguinte julgado:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. RECEBIMENTO DE REPRESENTAÇÃO E INSTAURAÇÃO DE RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR CONTRA

Superior Tribunal de Justiça

MAGISTRADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 283/STF.

1. "A prevenção interna é relativa, devendo ser arguida até o início do julgamento do recurso, nos termos do art. 71, § 4º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, sob pena de preclusão (EDcl no AgRg no Ag 1.314.825/SP, Rel. Min. Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 03/03/2017).

2. O Órgão Especial do TJ/SC, ao apreciar o mandado de segurança impetrado por magistrado contra o recebimento de apresentação e instauração de reclamação disciplinar, denegou a ordem sob múltiplos fundamentos, a saber: (a) a autoridade coatora (Corregedor - TJ/SC) retificou o fundamento para a abertura da apuração de falta disciplinar e foi dado ao impetrante oportunidade de manifestação a respeito, mantendo-se o objeto da investigação - indevida incineração de autos; (b) afastada a ofensa aos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa e ao dever de imparcialidade, pois, segundo o acórdão, o procedimento diz respeito a investigação preliminar, cabendo ao representado apresentar informações quanto aos fatos, conforme preceitua o § 1º do art. 9º da Resolução 135/2011 do CNJ; (c) afastada a alegação de parcialidade do Corregedor porque não demonstrada a sua animosidade ou suspeitabilidade; (d) não foram descumpridos os §§ 1º e 2º do artigo 9º da Resolução 135/2011 do CNJ, pois oportunizadas as informações nos autos da Reclamação Disciplinar; (e) o indeferimento do arquivamento do procedimento investigatório está pautado por decisão fundamentada da autoridade;

(f) não houve violação do direito do impetrante com a reunião de dois processos administrativos para julgamento conjunto, pois "[...] não se tem qualquer evidência nos autos que aponte supressão de direito de defesa ou circunstância prejudicial ao exercício desse direito. Ao contrário, o incidente apontado como pendente no Conselho da Magistratura (Recurso Administrativo n. 2015.900048-8) já foi julgado e arquivado, circunstância que afasta qualquer alegação de nulidade por supressão da autoridade daquele Conselho".

3. O recurso ordinário, entretanto, não traz a impugnação específica aos fundamentos do julgado, razão pela qual deve ser mantida a incidência do óbice contido na Súmula 283/STF.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no RMS 52.231/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 20/10/2017)

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso ordinário.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

